

# **Psicologia**



# A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO PREPARO DA FORÇA TERRESTRE PARA AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

Alessandra Augusta de Santana e Silva<sup>1</sup>.

**Resumo.** As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) correspondem a operações que visam ao restabelecimento do poder oficial em situações de perturbação da ordem social, onde os órgãos de segurança pública não conseguiram exercer sua função legal. Estas operações, para terem legalidade, somente serão iniciadas por determinação do Presidente da República (BRASIL, 1988). Nessas atividades operacionais, os militares envolvidos lidam diretamente com a sociedade, e, por vezes, o fazem em situação de estresse e conflito. O preparo psicológico desses militares pode contribuir no desenvolvimento de Atributos da Área Afetiva (AAA), imprescindíveis ao cumprimento da missão. Assim, foi realizada uma pesquisa com militares do efetivo de duas unidades operacionais do Exército Brasileiro que estiveram envolvidos em algum tipo de operação de GLO. Uma vez feita a análise dos dados, destacaram-se alguns AAA necessários para o desempenho adequado dos militares nas missões de GLO. A delimitação desses atributos foi feita com o intuito de ser útil na preparação da tropa como auxílio no eficaz cumprimento das missões. Conforme os dados da pesquisa, observou-se que os militares envolvidos consideraram importante a realização de uma preparação psicológica que possa minimizar dificuldades emocionais durante o decorrer das operações de GLO, auxiliando na consecução dos objetivos operacionais do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Preparo psicológico. Atributos da Área Afetiva. Exército Brasileiro.

**Abstract.** The Operations of Guarantee of Law and Order (GLO) correspond to operations that aim the reestablishment of official power in situations of disturbance of social order, where the agencies of public security departments had not obtained to exert its legal function. These operations, to have legality, will only be initiated by determination of the President of the Republic (BRASIL, 1988). In these operational activities, the military involved deal directly with the society, and, sometimes, they do so in stress and conflict situations. The psychological preparation of these military can contribute in the development of essential Attributes of the Affective Area (AAA), to the fulfillment of the mission. Thus, a research was carried out with military of two operational unities of the Brazilian Army that were involved in some sort of GLO operation. The data analysis stood some AAA needed for the adequate performance of the military in GLO missions. The demarcation of these attributes was made to be useful on

<sup>1</sup>Psicóloga, Pós-graduada em Psicologia Jurídica, Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia, Brasil. aleaugusta@yahoo.com.

troop's preparation, as aid in the efficient fulfillment of the missions. According to the research, the involved military consider important a psychological preparation. In their view it could minimize emotional difficulties during the course of GLO operations, assisting in achieving the Brazilian Army's operational goals.

Keywords: The Operations of Guarantee of Law and Order. Psychological preparation. Attributes of the Affective Area. Brazilian Army.

## 1 Introdução

Atualmente, com o aumento da criminalidade e da violência nos centros urbanos, cresce a atividade dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) que, nem sempre, conseguem cumprir com seus deveres de proteger os cidadãos.

Nessas situações, as Forças Armadas são vistas como o único recurso para inibir o crime organizado. Contudo, estas instituições, apesar de permanentes e regulares, não são definidas constitucionalmente como OSP, só podendo atuar momentaneamente.

Além das atividades de controle do crime organizado, as Forças Armadas são chamadas a intervir em situações nas quais os direitos dos cidadãos, a lei e a ordem, estejam em risco.

Assim, temos como exemplos as atividades de garantia da lei e da ordem em eleições, como aconteceu no Estado do Tocantins, e a garantia de continuidade de

serviços de utilidade pública na situação de greve da Polícia Militar na Bahia.

Observa-se que, seja qual for o emprego das Forças Armadas, os militares envolvidos na Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), estarão em contato com a sociedade, que é uma comunidade composta por brasileiros. Uma vez que o militar é preparado para o combate, surge a preocupação de como ele percebe o cidadão com o qual ele deve travar contato numa Operação de GLO.

Sobre este assunto, Santos Júnior (2008) menciona que a peculiaridade da profissão militar, que é a preparação para o emprego em combate bélico, exige um adestramento adequado, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais, que podem assegurar o êxito ou fracasso de uma operação.

Diante do exposto, surge o problema que embasa este trabalho: é importante realizar o preparo psicológico dos militares

que participam de Operações de GLO?

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo geral analisar as contribuições da Psicologia no preparo da tropa para as Operações de GLO, identificando aspectos pormenorizados por intermédio de seus objetivos específicos, quais sejam:

- Destacar as possíveis contribuições da Psicologia no preparo da tropa para as Operações de GLO; e
- Identificar os atributos da área afetiva necessários a serem desenvolvidos nos militares que participarão de Operações GLO.

## 2 Pressupostos Teóricos

A atuação do Exército Brasileiro junto à população é observada desde o Império. Naquela época, os militares eram chamados a intervir nas manifestações populares que colocavam em risco a lei e a ordem. Foram exemplos de manifestações populares: a Balaiada; a Revolução em Sorocaba; a Revolução Liberal de Minas Gerais; a Guerra de Farrapos; dentre outras. Nestas manifestações, destacou-se a figura pacificadora de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de

Caxias, que atuou diversas vezes, dissuadindo os revoltosos e utilizando a força bélica, quando as negociações não eram mais possíveis.

As Constituições Brasileiras também mencionavam e legalizavam, desde cedo, a participação militar na dissolução de conflitos populares. Este fato é percebido nos textos constitucionais de 1824, 1934, 1946, 1967 e de 1988. Nestes textos define-se o papel das Forças Armadas na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem (RODRIGUES, 2004).

Da mesma maneira que na época do Império, também hoje ocorrem situações de conflito popular. A atual conjuntura da sociedade, organizada em classes econômicas que contribuem para desigualdades e violência urbana, causa um clima de insegurança e medo. Além disso, os OSP demonstram inabilidade para controlar a criminalidade crescente.

Frente a este panorama, muitas vezes, discute-se a atuação das Forças Armadas nas questões de segurança pública, apresentando-se opiniões diversas. Piñon (2007) introduz esta polêmica questão, mencionando que uma parcela da sociedade é avessa à participação militar nos conflitos urbanos por

temor da volta a um Estado autoritário.

Outro ponto relevante é levantado por Rodrigues (2004), avaliando os aspectos legais da atuação das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem. A definição constitucional prevê a participação militar momentânea, e não permanente, frente a estes conflitos populares.

Assim, com a necessidade de definir a atuação do Exército, Marinha e Aeronáutica nas questões de envolvimento popular, cujos recursos dos órgãos de segurança pública já foram utilizados, e nos quais os direitos e garantias constitucionais se acham ameaçados, surgiram as Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

As Operações de GLO foram criadas pelo Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001, e correspondem a operações que visam ao restabelecimento do poder oficial em situações de perturbação da ordem social.

Do mesmo modo, vale ressaltar que o emprego do Exército Brasileiro (EB) e de sua Força Terrestre, nessas operações, pode ser provocado pelo Chefe do Executivo - Presidente da República - ou pelos poderes Judiciário e Legislativo. Para este tipo de operação, os militares do EB são preventivamente treinados

para o emprego legal da força.

Para isto, o adestramento da tropa deve necessariamente envolver instrução sobre fundamentos legais das Operações de GLO, a aplicação proporcional e suficiente da força, treinamento operacional militar e preparação psicológica para enfrentar situações adversas com a população.

Dessa forma, entende-se que nessas operações em que o adversário é um compatriota, o militar deve estar emocionalmente preparado para cumprir sua missão. Rodrigues (2004, p. 26) acrescenta que: “os oponentes à ação de garantia da lei e da ordem, em sua grande maioria, são constituídos por brasileiros sujeitos à legislação”, onde devem ser respeitados os direitos humanos de quem protege e de quem será protegido.

Diante disto, o preparo psicológico desses militares pode contribuir no desenvolvimento de atributos imprescindíveis ao cumprimento da missão, quer sejam: iniciativa, equilíbrio emocional, adaptabilidade, combatividade, persistência, entre outros.

Desde 2005, o preparo dos militares do Exército Brasileiro para as operações de GLO tem sido realizado na 11ª Brigada de

Infantaria Leve - GLO, no Centro de Instrução de Operações de GLO. O ingresso no curso ocorre por meio de uma seleção entre Oficiais e Sargentos que cumpram determinados requisitos estipulados. Entretanto, depreende-se que, além de requisitos técnicos de ordem militar, são necessários requisitos de cunho emocional e psicológico para a atuação em operações de GLO (BRASIL, 2008).

A análise dos Atributos da Área Afetiva necessários para o desempenho adequado dos militares nas missões de GLO pode ser útil na preparação da tropa como auxílio no eficaz cumprimento das mesmas.

### **3 As Operações de Garantia da Lei e da Ordem**

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem são definidas pelas Instruções Provisórias 85-1 (BRASIL, 2002, p.11) como a:

“atuação coordenada das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública na execução de ações e medidas provenientes de todas as expressões do poder nacional em caráter integrado e realçado na expressão militar. Tem por finalidade a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”.

Além da definição trazida pela

IP 85-1, a Constituição Federal de 1988 aborda como missão do Exército Brasileiro a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Dessa forma, entende-se que, em situações em que a ordem social esteja sendo ameaçada e, na impossibilidade de atuação dos órgãos de segurança pública, o Exército Brasileiro é chamado a intervir. A dissolução de conflitos, o restabelecimento e a manutenção de um clima de paz social ficam a cargo do Exército, representado na situação operacional por sua Força Terrestre.

Assim, os militares envolvidos em operações de GLO fazem parte do braço operacional do Exército e por isso são constantemente treinados para execução de atividades de combate e conflito armado ou não.

Este treinamento contínuo é planejado anualmente de tal forma que a tropa possa ser prontamente empregada nas diversas situações. No caso das operações de GLO, o **a d e s t r a m e n t o** envolve conhecimento dos aspectos legais da operação e preparação operacional com exercícios que prevejam a interação com a população civil.

Contudo, o emprego da força terrestre nas operações de GLO é

considerado de caráter eventual, episódico, de duração limitada e em área previamente definida, não podendo a atuação militar se estender além do determinado. Em alguns casos, o Exército pode desenvolver ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares.

Cabe ressaltar que as operações de GLO terão um êxito duradouro se as condições políticas, econômicas e sociais que permitiram seu surgimento, forem alteradas. O poder militar pode neutralizar, temporariamente, os efeitos de uma determinada situação que afete os poderes constitucionais, a lei e a ordem, mas somente a atuação integrada dos órgãos de segurança pública e do próprio Governo pode ser capaz de eliminar as causas daquela situação (BRASIL, 2002).

#### **4 O preparo da tropa**

As operações de garantia da lei e da ordem, conforme é explicitado na IP 85-1, exigem a execução de ações tipo polícia, de interdição do apoio externo e de combate.

Dessa forma, estas atividades impõem a interação dos militares envolvidos com a população, e, por

isso, exigem um preparo maior da tropa no momento de lidar com o público. Rodrigues (2004) acrescenta que o ideal é que nestas atividades façam parte também algumas mulheres para que possam interagir com o público feminino em atividades de revista.

No que se refere ao adestramento da tropa, o mesmo autor considera que a reduzida carga horária teórica sobre assuntos pertinentes às operações de GLO, faz com que as atividades operacionais e táticas sejam privilegiadas, embora não seja abordada a correta atitude da tropa frente à população.

Uma vez que o adestramento atual da tropa abrange aspectos jurídicos, operacionais e táticos, vale ressaltar a importância de abordar assuntos referentes à psicologia social e das massas, como atitudes, estereótipos, percepção e interação social.

Rodrigues (2004) menciona, ainda, que o nível de conhecimento necessário aos militares pode variar entre oficiais e praças, uma vez que o nível de responsabilidade também é diferente dentro da operação e na hierarquia militar. Contudo, o adestramento adequado assegura que os militares, de qualquer nível hierárquico, serão capazes de atuar com cidadania, respeitando os



direitos constitucionais da população e atingindo o objetivo da missão.

Dessa maneira, o público-alvo dessa preparação seria todos os militares envolvidos nas operações de GLO, uma vez que a participação de todos e a interação adequada com a população terão influência direta e, por vezes, decisiva na consecução dos objetivos militares traçados.

A preparação psicológica pode ser estruturada e baseada nos Atributos da Área Afetiva (AAA) necessários ao adequado cumprimento das atividades nas operações de GLO.

Aparentemente, na atualidade ainda não existe um estudo que delimite quais seriam os AAA necessários para os militares envolvidos em operações de GLO.

Assim, torna-se importante, num primeiro momento, pesquisar dentre os militares que já planejaram, comandaram ou executaram operações de GLO, o que eles identificam como AAA importantes. Dessa forma, poderá ser traçado um perfil profissiográfico para o militar envolvido na atividade.

O perfil profissiográfico permite realizar a descrição da função, as tarefas a serem realizadas pelo militar, os riscos da atividade e as características

pessoais esperadas, que dizem respeito aos AAA. Este último item importa para o planejamento da preparação psicológica da tropa, de maneira a focar o desenvolvimento dos atributos mais necessários.

Para um melhor entendimento do que vem a ser os atributos da área afetiva, será abordada na próxima seção a legislação específica sobre o tema.

## **5 Atributos da Área Afetiva**

Atualmente os indivíduos não são avaliados, em seu trabalho, somente por sua capacidade técnica e laborativa. Da mesma maneira, no Exército Brasileiro a gestão de pessoas tem se focado no desenvolvimento de habilidades emocionais.

Santos Junior (2008, p.17) considera que a gestão de pessoal do Exército busca a valorização de seus quadros, associando o indivíduo e seu contexto pessoal aos valores, aos objetivos e à cultura da instituição. Conforme o autor menciona:

Há a preocupação em estimular atributos de liderança, avaliar comportamentos, conhecer potencialidades e reconhecer méritos, compatibilizar aptidões e interesses pessoais com a designação para ocupação funcional e prestar o

devido suporte assistencial à família militar.

Com relação aos cursos de formação no Exército Brasileiro, é utilizado como referencial teórico a Taxonomia de Bloom, que classifica os tipos de aprendizagem em três domínios: o cognitivo, o afetivo e o psicomotor (SANTOS JUNIOR, 2008).

O domínio cognitivo abrange as habilidades mentais, conhecimentos adquiridos. O domínio afetivo trata de atitudes, valores, ideias, a maneira como o indivíduo se relaciona com seus pares, superiores e subordinados. A área psicomotora relaciona-se as habilidades motoras, a destreza para executar atividades (SANTOS JUNIOR, 2008).

O autor considera que, nos processos de preparação e adestramento dos militares do Exército Brasileiro, é verificado claramente o desenvolvimento dos atributos da área afetiva. Para ele a capacidade de liderança do comandante e dos oficiais, e o nível de adestramento da tropa, determinam a operacionalidade de uma organização militar.

Nos estabelecimentos de ensino do Exército é expressão comum o termo atributos da área afetiva. Dessa maneira, não importa o nível de formação

oferecido pela escola, se corresponde a colégio militar, curso de soldados, de praças ou de oficiais. O importante é o desenvolvimento dos valores, habilidades e atributos em geral que poderão contribuir para a formação do caráter do militar.

Para este trabalho torna-se necessário investigar quais são os atributos da área afetiva que podem contribuir na execução das missões de GLO, uma vez que os aspectos emocionais e comportamentais podem ser determinantes no êxito ou fracasso de uma operação militar.

Na investigação dos atributos da área afetiva foram usadas as definições operacionais dos atributos que são relacionadas na Portaria nº 012 DEP, de 12 de maio de 1998.

## **6 A Contribuição da Psicologia**

Conforme abordado nas seções anteriores, as operações de GLO têm a particularidade de colocar a tropa em contato próximo com a população. No momento em que nossos militares são treinados especialmente para o combate, é difícil estabelecer uma diferenciação de quais técnicas e recursos (de força, de armamento e de ações) podem ser utilizados.

Dessa forma, refletindo sobre

as situações de embate que a tropa pode encontrar com a população, alguns temas são pertinentes para serem abordados.

A tropa passa por situações de frequente necessidade de manejo do estresse, adaptabilidade a culturas diferentes, condições adversas de interação que solicitam equilíbrio emocional.

O Centro de Estudos de Pessoal (CEP) vem, desde 1994, trabalhando com os militares que são enviados para o exterior nas Missões de Paz. Estas operações assemelham-se em alguns aspectos com as operações de GLO. Algumas semelhanças podem ser destacadas: missão realizada em outra localidade, confinamento em quartelamentos construídos para receber o contingente que irá cumprir a missão, afastamento dos familiares, necessidade de adaptação a uma cultura diferente, lideranças constituídas para o cumprimento da operação, ordens que são emanadas por ocasião da execução da atividade, relacionamentos com outros militares envolvidos na missão, entre outros.

O CEP vem realizando trabalhos de acompanhamento psicológico com os contingentes enviados nas missões desde 1999. Com relação a estes contingentes

foram identificados alguns fatores estressores que, por vezes, interferem no desempenho dos militares.

Pode-se considerar que alguns dos estressores identificados neste relatório seriam observados nas operações de GLO. Dessa forma, além da preparação psicológica para o ingresso na missão, considera-se importante a realização de um acompanhamento psicológico dos militares durante a execução da operação e ao término, com o objetivo de investigar possíveis dificuldades emocionais enfrentadas pelos militares.

Na fase de preparação para a operação pode-se realizar uma avaliação psicológica diagnóstica com intermédio de testes psicológicos para identificar o estado emocional e características de personalidade dos militares.

Em uma segunda etapa desse processo diagnóstico, realizar-se-iam dinâmicas de grupo com a finalidade de integrar o grupo que executará a missão e abordar algumas dificuldades que podem surgir como habilidade de trabalho em equipe, comunicação, liderança, e outros.

Sugere-se que a preparação psicológica pode ser realizada em quatro dias, divididos em avaliação psicológica e dinâmicas

de grupo. Os intervalos entre as atividades são necessários para o melhor aproveitamento do trabalho e as durações devem ser respeitadas em prol de serem atingidos os objetivos propostos.

Com relação ao acompanhamento psicológico, o mesmo deve ser organizado de acordo com a necessidade individual do militar e com as necessidades grupais percebidas mediante observações da equipe de psicólogos presentes na execução da operação de GLO.

Para isto deve haver na estrutura operacional montada com uma sala reservada para esta finalidade e com tamanho apropriado para receber grupos de até 25 pessoas. Este tamanho de grupo facilita o contato do psicólogo com os indivíduos e a percepção da dinâmica emocional de cada um.

Durante o momento de término da operação de GLO, seria importante que o grupo de militares que desempenhou a missão, pudesse se reunir e refletir sobre o desempenho do grupo, dificuldades encontradas durante a execução da atividade, questões emocionais despertadas, e sugestões de melhoria tanto operacionais quanto de preparação psicológica.

Esta atividade psicológica ao final da operação de GLO pode ter

duração de dois dias, envolvendo a avaliação do nível de estresse dos militares, por intermédio de testes psicológicos e a realização de dinâmicas de grupo, focando o encerramento dos trabalhos daquele grupo de militares.

## **7 Referencial Metodológico**

Foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema, abordando a legislação pertinente às Operações de Garantia da Lei e da Ordem e aos atributos da área afetiva, que são definidos e operacionalizados pela Portaria nº 012 de 12 de maio de 1998, do Departamento de Educação e Cultura do Exército. Além disso, foram utilizados textos de Psicologia aplicados à área militar.

Na investigação dos Atributos da Área Afetiva e das características atuais de preparação psicológica, foram realizadas aplicações de questionários a militares do efetivo do 19º Batalhão de Caçadores (Salvador-BA) e da 11ª Brigada de Infantaria Leve (Campinas-SP), sendo utilizada análise descritiva dos dados extraídos dos mesmos para avaliação dos Atributos da Área Afetiva considerados mais relevantes pela amostra.

Da mesma forma foi realizada

a análise das respostas qualitativas dos questionários sobre o adestramento para as operações de GLO e sobre a preparação psicológica.

Os resultados serão descritos na seção seguinte.

## **8 Apresentação e Análise dos Dados**

Foram analisados 74 questionários, dos quais 46% foram provenientes do 19º Batalhão de Caçadores (Salvador-BA) e 54% da 11ª Brigada de Infantaria Leve - GLO (Campinas-SP). A amostra compreendeu 20% de oficiais e 80% de praças, sendo estes Sargentos, Cabos e Soldados.

Sobre a participação dos militares nas operações de GLO, 60% havia participado de 1 a 3 missões desse tipo, 18% de 4 a 6 e 22% em mais de 7 operações. A maioria, 90% dos militares, havia participado de operações com duração de até 30 dias, 7% ficaram envolvidos na atividade por um período de 1 a 6 meses. A minoria, 3% dos participantes, ficou envolvido neste tipo de operação por mais de 6 meses.

As operações de GLO, em geral, apresentam um preparo operacional prévio, assim quando questionados sobre a realização de

adestramento da tropa anterior a operação de GLO, 88% dos militares relataram terem participado de algum tipo de adestramento. Contudo, o adestramento envolvia principalmente palestras e preparação operacional.

Sobre a necessidade de realizar uma preparação psicológica, os militares mencionaram considerar necessária a realização da mesma, correspondendo a 96% dos pesquisados. Os participantes justificaram a importância da atuação do psicólogo para que os militares fossem preparados para enfrentar situações adversas e imprevisíveis, para padronizar procedimentos, para facilitar o contato com a população civil, para favorecer a adaptação às condições do local da operação, e devido às condições estressantes inerentes a uma operação de GLO.

Além da preparação psicológica, o psicólogo pode atuar na desmobilização dos militares. Contudo, 72% dos pesquisados nunca participaram de uma atividade desse tipo e 18% já participaram de alguma forma de desmobilização psicológica, envolvendo testes psicológicos e dinâmicas de grupo. Dentre estes militares podem ser destacados 9% daqueles que já participaram também de missões de paz do

Exército Brasileiro em apoio a Organização das Nações Unidas (ONU).

Com relação a cursos que poderiam ser realizados pelos militares para melhor preparação operacional nas missões de GLO, 42% dos pesquisados consideram que não é necessário nenhum curso prévio para que o militar seja empregado neste tipo de operações. Contudo, 34% dos militares destacaram que o próprio Estágio de Operações de GLO oferecido pelo Centro de Instrução de Operações de GLO ou em suas próprias Organizações Militares pode ser uma forma de adquirir conhecimentos favorecendo a missão.

Além desse estágio sugerem a realização de outros cursos na área de segurança e relacionamento com a população, como: cursos de combate urbano, gerenciamento de crises, segurança de autoridades, cursos oferecidos pelos pelotões de choque das Polícias Militares, pelas Subunidades de Operações Especiais (SUOPES) e pelos Pelotões de Operações Especiais (PELOPES).

Com relação aos Atributos da Área Afetiva (AAA) necessários para que o militar desempenhe adequadamente suas atividades em operações de GLO, os participantes foram solicitados a

estabelecer os AAA importantes em funções de planejamento / comando da atividade (oficiais) e no nível de execução da mesma (praças).

Assim, verificando-se as porcentagens de prevalência na opinião dos pesquisados os AAA prevalentes para oficiais e praças estão relacionados, o que permite a realização da preparação psicológica em conjunto.

Foi realizada uma comparação entre os Atributos da Área Afetiva destacados como necessários para oficiais e praças envolvidos em operações de GLO e que obtiveram maior prevalência na opinião dos militares pesquisados. Pode-se observar a relevância de atributos como a *autoconfiança*, responsabilidade, iniciativa, equilíbrio emocional, objetividade, disciplina, comunicabilidade e iniciativa, serem considerados necessários tanto para oficiais como para praças.

Além disso, outro ponto verificado são alguns atributos como organização, decisão e adaptabilidade por terem sido destacados como necessários a oficiais, uma vez que eles estarão executando funções de planejamento e comando das operações.

Por outro lado, foram mencionados como necessários para as praças os atributos de coragem, flexibilidade e resistência, o que pode

ser considerado como essenciais devido à função de execução das atividades inerentes às operações de GLO.

Os atributos que foram destacados pelos militares pesquisados podem auxiliar no planejamento de uma avaliação psicológica eficaz para prevenir dificuldades emocionais durante a realização da operação. Contudo, cabe ressaltar que outras pesquisas e um acompanhamento psicológico dos militares envolvidos nesta atividade são importantes para estabelecer com maior fidedignidade o perfil profissiográfico das funções.

## 9 Conclusão

Este trabalho começou com uma curiosidade sobre o tema e à medida que a revisão bibliográfica foi avançando percebeu-se que as operações de GLO aconteciam por uma necessidade do Exército Brasileiro de cumprir sua missão constitucional.

Contudo, observou-se pelos questionários aplicados e pela própria bibliografia sobre o tema, que não existe uma preparação psicológica para estes militares que executarão missões de garantia da lei e da ordem. Surgiu, então, o questionamento: é importante realizar o preparo psicológico dos militares que participam de Operações de GLO?

Para o desenvolvimento deste

trabalho foram levantadas hipóteses e objetivos específicos para investigar as possíveis contribuições da Psicologia no preparo da tropa e quais seriam os atributos da área afetiva necessários para serem desenvolvidos nos militares envolvidos em operações de GLO.

Dessa forma, considera-se que a eficácia de uma operação militar está no adequado adestramento da tropa tanto no que diz respeito aos conhecimentos cognitivos como nas habilidades emocionais.

Santos Júnior (2008), aborda os Atributos da Área Afetiva (AAA) como indicadores relevantes na Política de Pessoal do Exército Brasileiro, sendo utilizados na formação e preparo dos militares.

Assim, a pesquisa realizada com os militares que já estiveram envolvidos em operações de GLO permitiu destacar a importância de uma preparação psicológica e do oferecimento de suporte emocional no decorrer da missão.

Os militares pesquisados destacaram como uma característica das operações o alto nível de estresse, que requer da tropa uma condição de equilíbrio emocional, que, na opinião deles, poderia ser preparada durante o adestramento.

Além disso, o fato de os militares estarem envolvidos diretamente com a população civil exige um discernimento e iniciativa durante as

ações operacionais. Alguns pesquisados relataram a peculiaridade de estarem sujeitos a imprevistos e reações negativas por parte da população.

Rodrigues (2004) menciona como um ponto a ser considerado a especificidade da atuação militar em uma operação de GLO. Para ele, deve ser observado o uso proporcional dos meios durante a ação, uma vez que o inimigo / aliado corresponde também a um cidadão brasileiro.

Assim sendo, como proposta de preparação psicológica sugeriu-se a abordagem de temas referentes às relações interpessoais, diferenças culturais, percepção social, preconceito e estereótipo, e estresse durante a atividade.

Destaca-se como favorável o fato de os militares pesquisados terem considerado importante a realização da preparação psicológica e também de uma desmobilização para que possam ser abordados aspectos emocionais verificados durante a execução da operação e, assim, auxiliar na resolução de possíveis dificuldades encontradas.

Outra contribuição da pesquisa realizada corresponde ao levantamento dos Atributos da Área Afetiva (AAA) necessários e a serem desenvolvidos nos militares envolvidos em operações de GLO.

Portanto, com base nos AAA destacados pela amostra pesquisada

pode-se efetivamente traçar um plano de preparação psicológica e acompanhamento das missões para que, no futuro, possam ser oferecidas condições de suporte emocional para a tropa, visando a eficácia das missões e a saúde dos militares envolvidos.

## Referências

ANJOS, Anselmo Rangel dos. **Preparação, acompanhamento e desmobilização psicológica de contingentes de força de paz do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: ECEME, 2004.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria nº 012. Conceituação dos Atributos da Área Afetiva, Rio de Janeiro, RJ, 12 mai 1998.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97, de 9 de Junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm)>. Acesso em 03 jun 2009. Não paginado.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001. Diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.



Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2001/3897.htm>>. Acesso em 03 jun 2009. Não paginado.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Instruções Provisórias IP 85-1), 1. ed., Brasília, DF, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 117, de 2 de Setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LAIS/LCP/Lcp117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LAIS/LCP/Lcp117.htm)> Acesso em 03 jun 2009. Não paginado.

CORTÊS, George Luiz Coelho. **As Forças Armadas e a Segurança Pública**. Rio de Janeiro, RJ, 2007. Disponível em: <[http://www.eceme.ensino.eb.br/portaIce/arquivos/as\\_forcas\\_armadas\\_e\\_a\\_seguranca\\_publica\\_cel\\_cortes\\_.pdf](http://www.eceme.ensino.eb.br/portaIce/arquivos/as_forcas_armadas_e_a_seguranca_publica_cel_cortes_.pdf)>. Acesso em: 04 jun 2009.

PIÑON, Charles Pacheco. **As Forças Armadas e a garantia da lei e da ordem sob uma perspectiva histórica e social**.

Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1293, 15 jan 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9392>> Acesso em 12 abr 2009.

RODRIGUES, Celso Leite. **O preparo legal da tropa para as operações de garantia da lei e da ordem. Trabalho de Conclusão – Curso de Política e Alta Administração do Exército – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**, Rio de Janeiro, 2004.

RUEDA, William Wilson Alexandre; MANISCALCO, José Leonardo. **A Força Terrestre e sua adaptação às missões típicas de segurança pública no Brasil**. Artigo Científico. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS JUNIOR, José Cláudio dos. **O gerenciamento de informações sobre a Área Afetiva como ferramenta de gestão de Recursos Humanos**. Monografia (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Universidade Castello Branco, Rio de Janeiro, 2008.